

Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Bem-vindo a Home Page do Cimi

Conjuntura Nacional

As Muitas Faces de uma Guerra

"Esses fatos demonstram, uma vez mais, que a camada inabalável e inapelavelmente colonial e colonialista da sociedade brasileira está no tope, nos que foram bafejados pela sorte, pela herança, pelo privilégio e pela "cultura". Os de baixo, muitas vezes despojados de tudo – até da esperança de que os filhos, os netos ou os bisnetos conheçam outro destino e se "tornem gente" – palmilham a estrada do sofrimento e da miséria, mas querem uma Nação civilizada, na qual sua condição humana os liberte dos grilhões que os atam a uma barbárie cruel e anacrônica" (Florestan Fernandes. "Que tipo de República?" Folha de S. Paulo, 15/07/1985)

Advertência

*O presente texto é um testemunho e uma tentativa de análise dos fatos que se deram em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, Bahia, por ocasião da **Marcha Indígena**, da **Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil** e das comemorações oficiais dos 500 anos da chegada dos portugueses a essas terras.*

*Este é, portanto, um texto necessariamente limitado em sua abrangência, pois a riqueza dos acontecimentos, relativos à **Marcha** e à **Conferência**, foi imensa. Pretendemos, no entanto, que este seja um esforço para, buscando na experiência direta e na análise política, contribuirmos para a compreensão do significado daquele momento marcante para a história dos povos indígenas e da vida nacional.*

Origens

O ano era 1998. Aproximava-se o ano 2000 e aumentava a necessidade de se pensar em como rememorar os 500 anos da invasão européia nestas terras. Certamente, o governo federal organizaria as comemorações oficiais. Mas, e os setores populares? E os índios?

No interior do Cimi essas questões tomavam vulto e as propostas surgiam: marcha no extremo sul da Bahia, ato político-ecumênico-cultural com cantores e poetas comprometidos com os povos indígenas etc. Tentava-se dar mais concretude às propostas, avançando-se na idéia do percurso, das distâncias, dos nomes das pessoas, entidades e movimentos que participariam.

Agosto de 1998. Durante o Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira organizou-se uma noite para a discussão dos 500 anos. As conclusões:

"O debate sobre a questão dos 500 anos do Brasil abriu a discussão sobre possibilidades de iniciativas populares de "contra-comemoração". Um vídeo sobre a vida da comunidade Xucuru, em Pesqueira-PE, narrado pelo próprio cacique Chicão,

assassinado em maio de 1998, marcou o tom do encontro. Coordenada por representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a mesa contou também com membros do Grupo de Trabalho Evangélico (GTME) e da Central de Movimentos Populares, inclusive do Setorial Negro. Após as colocações dessas entidades, aberta a palavra ao público, as sugestões convergiram para a realização da marcha, ato público, culto ecumênico e show em abril do ano 2000, na região de Porto Seguro.

Os presentes comprometeram-se a contrapor-se à leitura colonialista, oficialista, triunfalista e elitista daquele momento histórico, articulando ampla campanha popular denominada: "Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular". (Documento-Memória do Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira, Brasília, set. de 1998).

Um horizonte ficou definido – e um compromisso coletivo. A partir daí, numerosos passos foram dados, alguns simultâneos. Foram realizadas reuniões entre diversas entidades do movimento indígena, negro e popular; foram discutidos e aprovados um **Manifesto** e uma **logomarca** da campanha conjunta; foi discutida e aprovada a data de lançamento nacional do movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** – abril de 1999.

O Capoib realizou um Encontro Ampliado em maio de 1999, quando definiu as bases do que seria realizado em abril de 2000, na região de Porto Seguro:

"1. realizar, de 17 a 26 de abril do ano 2000, a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, na área indígena Coroa Vermelha, no extremo sul da Bahia. Participarão, desta Conferência, representantes de todos os povos indígenas do Brasil;

2. deverão haver encontros preparatórios regionais, quando os representantes indígenas poderão discutir propostas para serem levadas à Conferência;

3. esta Conferência faz parte dos eventos organizados pela ampla articulação denominada "Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular", do qual o movimento indígena faz parte, assumindo sua programação, manifesto e logomarca;

4. o Capoib formou uma Comissão responsável pela realização da Conferência, composta por cinco representantes das organizações indígenas das diversas regiões do país;

5. será realizada uma nova Reunião Ampliada do Capoib entre os dias 22 e 26 de novembro de 1999, no Centro Cultural dos Pataxó, em Coroa Vermelha, Bahia, com o objetivo de analisar o local e definir os encaminhamentos finais para garantir a realização da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil."

Um grupo ficou responsável pela elaboração de um projeto de trabalho, que serviria de base para a solicitação de apoio financeiro, no Brasil e no exterior, para a realização dos eventos. A partir daí, multiplicaram-se as formas de discussão e de levantamento de propostas sobre como se realizar as "contra-comemorações" dos 500 anos. Em Brasília, no nordeste, na Amazônia, no sul, no Cimi, nas organizações indígenas, nos movimentos populares, no movimento negro, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se discutiam e se elaboravam propostas. No entanto, faltava um espaço articulador e organizador coletivo. O espaço do movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** era difícil de se articular, por dificuldades financeiras e por dificuldades de entrosamento de tantas entidades, com atividades e áreas de atuação tão distintas.

Aconteceram reuniões em São Paulo, Salvador e Brasília, mas estas não resultavam em avanços de organização e mobilização significativos. No final, cada entidade e movimento passou a planejar suas próprias atividades com relação aos 500 anos, tendo como pano de fundo o que se havia avançado em conjunto.

O Cimi e o Movimento Indígena

O Cimi e diversas organizações indígenas regionais – além do próprio Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) – continuaram a discutir e a delinear o processo de preparação das atividades no sul da Bahia.

O Fórum da Amazônia (Foram), que se reúne em Manaus, traçou uma proposta ousada de Marcha Indígena, que seria realizada em todas as regiões do país e seria encerrada com a realização da Conferência Indígena no mês de abril. Esta proposta foi trazida e discutida com o Capoib e integrada no projeto global da Conferência.

Em setembro de 1999, foi realizado um Encontro em Porto Seguro (organizado pelo Cimi Regional Leste), com cerca de 120 lideranças indígenas de todo o país, no qual o assunto central foi a Marcha e a Conferência Indígena de abril. Lá ficaram mais claros o processo de preparação, os roteiros da futura Marcha Indígena e muitas lideranças puderam conhecer a aldeia de Coroa Vermelha, local que viria a ser o palco dos acontecimentos de abril.

Em novembro de 1999, Egon Heck, secretário executivo do Cimi, Lenino Terena e Maurício Guarani, ambos do Capoib realizaram uma viagem de um mês por diversos países da Europa, com a finalidade de divulgar a Marcha e a Conferência Indígena e angariar apoio financeiro e de divulgação a essas atividades. Os três representantes visitaram seis países e discutiram as propostas com agências de cooperação internacional, entidades, Igrejas, grupos de solidariedade, com a mídia etc.

Em dezembro de 1999, foi realizado o **1º Encontro Preparatório da Conferência Indígena**, em Santa Cruz Cabralia. Participaram diversas lideranças indígenas de todo o país e foram definidos uma série de pontos importantes:

- pauta e dias da Conferência;
- ato público no Monte Pascoal;
- calendário de atividades até abril;
- criação de um Escritório em Coroa Vermelha;
- como seria a hospedagem, alimentação e infra-estrutura da Conferência;
- Convidados;
- documentação;
- realização de uma ampla **Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas**.

Em março de 2000 foi realizado o **2º Encontro Preparatório** quando, também, foram definidas questões essenciais relativas à Marcha e Conferência Indígena:

- o roteiro das caravanas;
- o tamanho das delegações;
- a data e local da Conferência;
- a Coordenação do Comitê de Cabralia;
- as atividades no Monte Pascoal;
- a Coordenação da Conferência;

- as equipes e serviços durante a Conferência;
- detalhes da pauta da Conferência;
- a estrutura do **Documento Final**;
- a construção coletiva do monumento indígena em Coroa Vermelha.

Entre o 1º e 2º Encontros Preparatórios foi viabilizada a instalação do **Comitê de Preparação da Conferência Indígena**, em Santa Cruz Cabralia, foi feita a sua inauguração oficial e um grupo de lideranças indígenas e de missionários do Cimi passaram a atuar ali de forma permanente.

Uma série de reuniões com os movimentos sociais do extremo sul da Bahia e de Salvador foram realizadas, iniciando-se a viabilização de atividades conjuntas do movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** para os dias 17 e 22 de abril.

Aumentaram, também nesse período, as retomadas de terra pelos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe no extremo sul da Bahia, elevando a temperatura política na região e atraindo o ódio das oligarquias e do governo estadual.

Em entrevista dada ao Jornal do Sol, de Porto Seguro, na sua edição n.º 152 de fevereiro de 2000, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou: **"Quem vier fazer manifestação contrária quando o Brasil comemora 500 anos, evidentemente não é brasileiro e não sendo brasileiro não pode ser tratado como tal"**.

Evidentemente, o Governo federal, através do presidente do Senado Federal, estava sinalizando para que tipo de "recepção" estava sendo preparada aos manifestantes críticos às comemorações oficiais dos 500 anos. E não seria de boas-vindas. Antes dele, em janeiro, o coronel Cristovão, chefe da Casa Militar do governo da Bahia já havia afirmado que a Polícia Militar estava instruída pelo governador César Borges **"para não admitir nenhuma forma de protesto durante as comemorações dos 500 anos do Brasil, no dia 22 de abril"** (O Diário, de Porto Seguro, 26/01/2000).

Carta enviada pelo Ministério da Defesa ao governo baiano em 02 de março de 2000 afirmava que **"cabe ao Ministério da Defesa coordenar, planejar e, se necessário, executar as ações de segurança em áreas relativas aos eventos em comemoração dos 500 anos do Descobrimento"**. Os governos federal e estadual estavam em sintonia. E a ordem era: nenhuma manifestação será admitida.

A destruição do Monumento

Por volta das 22hs do dia 4 de abril, um batalhão com mais de 200 policiais militares invadiu a terra indígena de Coroa Vermelha e destruiu a base do monumento que vinha sendo construído pelos Pataxó, em memória dos povos indígenas massacrados durante os 500 anos de invasão.

O monumento seria inaugurado durante a Conferência Indígena e consistiria de um mapa da América Latina, desenhado no solo em pedra. Por dentro, artesanato indígena simbolizaria a ocupação do território, antes da chegada dos colonizadores. Este ataque militar culminou uma série de ameaças e intimidações à comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, feitas por funcionários do Conselho de Desenvolvimento Regional (CONDER), por funcionários da prefeitura de Santa Cruz Cabralia e do Centro de Recursos Ambientais. Todos tentaram, de várias formas, impedir o início da construção do monumento indígena.

A Polícia Militar do estado da Bahia já estava colocando em prática a orientação de proibir, a todo custo, qualquer manifestação crítica às comemorações oficiais: no local próximo ao monumento o presidente Fernando Henrique Cardoso iria inaugurar uma grande cruz metálica no dia 22 de abril, junto com o presidente de Portugal Jorge Sampaio. Aliás, também iria recepcionar os tripulantes da réplica da Nau Capitânea, de Pedro Álvares Cabral, que estava sendo construída no Porto de Aratu, na Bahia.

A agenda oficial do presidente da República, distribuída pelo Ministério do Esporte e Turismo, para o **dia 22 de abril** incluía:

- "Governo Federal instalará sua sede, por um dia, em Porto Seguro. Chegada do presidente Fernando Henrique Cardoso e comitiva, às 09hs00. Solenidade oficial marcará a transferência da sede do Governo Federal de Brasília para Porto Seguro, Capital do Descobrimento;
- Parada Naval – os navios de época, entre eles a réplica da Nau Capitânea, que trouxe Pedro Álvares Cabral, em 1500, o navio Sagres de Portugal e o veleiro Cisne Branco, da Marinha do Brasil, chegarão à Coroa Vermelha, onde acontecerá o desembarque;
- Chegada do presidente de Portugal, Jorge Sampaio. O presidente será recebido em Porto Seguro e participará das solenidades em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia;
- Inauguração de obras executadas pelo Governo do Estado e Governo Federal: Museu Aberto do Descobrimento – Terminal Turístico, Museu Indígena, Centro de Artesanato dos Pataxós, Monumento da Cruz e melhorias urbanas em Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, às 10h45."

O governo federal não aceitava nenhuma perturbação no protocolo já acertado e divulgado. O esquema "tolerância zero" foi colocado em prática na terra indígena, porém sua forma violenta causou indignação, repercussão na mídia nacional e internacional e um sério desgaste ao governo federal.

Em correspondência via fax do dia 4 de abril, no qual consolidava o pacto de agressão à comunidade indígena com o governador da Bahia, o então ministro do Esporte e Turismo Rafael Greca afirmava:

"Asseguro-lhe que, a nível federal, com determinação patriótica estou encaminhando as medidas cabíveis para assegurar à Comemoração Nacional do V Centenário êxito à altura do bem que desejamos a todo o Brasil.

Rogo-lhe, por outro lado, que proceda à adoção das medidas administrativas e preventivas adequadas a que a intolerância de uns poucos não impeça a Nação inteira de celebrar a brasilidade".

A destruição do monumento chamou a atenção da mídia e da opinião pública para a Marcha Indígena, próxima a seu início, para a Conferência Indígena e para a truculência dos governos federal e estadual. O governo federal passou a estabelecer uma outra estratégia para lidar com o movimento indígena. Consciente que a pura repressão não resolveria a questão da segurança para as festividades oficiais, ele buscou outro tipo de interlocução com lideranças de algumas organizações indígenas que encabeçavam a Conferência, a ser realizada daí a alguns dias.

As Comemorações Oficiais se aproximavam; as Caravanas Indígenas, Negras e Populares se organizavam

Para o governo federal, tudo deveria estar pronto para as comemorações dos 500 anos. Era grande a expectativa gerada, no plano nacional e internacional, pois foi anunciada uma centena de eventos de grande, pequeno e médio porte no sul da Bahia, com o ponto culminante no dia 22 de abril.

Para o mal-estar dos setores governamentais, no entanto, só cresciam os sinais de instabilidade: as caravanas indígenas começavam a sair, com grande cobertura da mídia, as caravanas populares entraram em ritmo febril de organização em todo o país, o MST anunciava que iria a Porto Seguro "de qualquer maneira" e todos esses movimentos tinham como pontos de referência anunciados publicamente um local e uma data: Coroa Vermelha, 22 de abril. O governo parecia entrar em pânico.

A nova estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso começa a ser colocada em prática. Essa estratégia parecia uma aplicação atualizada dos princípios da **GBI - Guerra de Baixa Intensidade**¹, desenvolvida pelo Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos, tão difundida na América Central nos anos 80, quando governos daquela região tentavam destruir as guerrilhas de esquerda, próximas a tomar o poder. Era uma combinação de ofensiva militar com divisão dos movimentos sociais e cooptação de lideranças, criando lideranças "confiáveis" e "radicais", negociando com umas e isolando outras.

O general Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, homem dos serviços de inteligência do governo Fernando Henrique Cardoso, foi a Porto Seguro no dia 10 de abril e estabeleceu os parâmetros de segurança para as comemorações oficiais. Ato contínuo, o governo envia para Porto Seguro o sr. Marcelo Cordeiro, Subsecretário da Casa Civil, homem de confiança de Aloysio Nunes Ferreira, Secretário-Geral da Presidência da República, para negociar com alguns índios, organizadores da Marcha e da Conferência Indígena.

Marcelo Cordeiro, no dia 11 de abril, convida dois índios da Amazônia e o cacique de Coroa Vermelha, para uma conversa. Nesta conversa, ele anuncia o interesse do governo federal em apoiar materialmente a Conferência Indígena, em troca de duas coisas: os índios convidariam oficialmente o presidente Fernando Henrique Cardoso para ir a Coroa Vermelha no dia 22 de abril, garantindo tranquilidade às comemorações oficiais e não participariam de mobilizações com outros setores populares naquela data. O representante do Planalto, inclusive, solicitou às lideranças indígenas os nomes **de todos os indígenas** credenciados para a Conferência, para que estes fossem entregues nas barreiras militares e nos acessos a Porto Seguro. Essas lideranças seriam autorizadas a entrar na região, ao contrário dos militantes dos movimentos negro e popular.

Colocou-se, também, à disposição daquelas três lideranças indígenas para levá-las, em "avião do governo", até Brasília para continuar os entendimentos. Essas lideranças, sem discutir com o Comitê de Cabralia, aceitaram os termos do compromisso com o sr. Marcelo Cordeiro e foram para Brasília no dia 12 de abril, para encontrar-se com as caravanas que ali se encontravam e para "acertar os detalhes da Conferência Indígena" com as demais lideranças. Na pauta, as ofertas e condições do emissário de Fernando Henrique Cardoso.

Brasília e Cabrália

Em Brasília, as lideranças que negociavam com o governo federal tentaram convencer as demais a mudar o rumo da Conferência Indígena, chegando a propor que esta fosse realizada na própria Capital Federal, pois o Estatuto dos Povos Indígenas seria votado na semana seguinte (17 a 21 de abril). Essas lideranças não levaram em consideração o fato de que toda a delegação do nordeste não estava presente, pois seu trajeto passaria por Salvador, onde participariam de atos públicos nos dias 16 e 17 de abril e logo depois seguiriam para Porto Seguro. Não levaram também em consideração as vozes de lideranças que se levantaram contra sua acelerada aproximação com o governo Fernando Henrique Cardoso e suas tentativas de reduzir as dimensões da Marcha e da Conferência Indígena.

Além disso, as lideranças que negociavam, agora acrescidas com outras de Brasília, entraram num embate com os que marchavam para definir a lista de quem participaria da audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na tarde do dia 13 de abril. Desrespeitando a lista já enviada pela Comissão de Direitos Humanos (organizadora da audiência) ao Ministério da Justiça, eles elaboraram outra lista, com nomes de sua confiança, inclusive de índios que não tinham nenhuma participação na Marcha e na Conferência.

Enquanto isso, em Cabrália, centenas de detalhes tinham que ser encaminhados para se preparar a recepção das caravanas e a realização da Conferência. Para tanto, havia uns poucos missionários do Cimi e lideranças indígenas do extremo sul da Bahia – todos do Comitê de Preparação de Cabrália – tendo que se desdobrar para realizar uma tarefa que parecia quase impossível. Chovia constantemente, o que dificultava as obras em Coroa Vermelha e os recursos disponíveis eram cada dia mais escassos.

Monte Pascoal

No dia 15 de abril, cerca de 1.200 índios das caravanas que vinham de Brasília se concentraram no Monte Pascoal, mais precisamente na fazenda que até pouco tempo atrás pertencia a uma juíza, invasora da terra indígena. Os Pataxó haviam retomado a sua terra, no esforço continuado de reconquistar a área contínua tradicional.

A situação era precária: o caminhão pipa da aldeia Caramuru, que havia sido prometido, não pôde chegar pois tinha problemas de documentação e as barreiras policiais na estrada certamente o reteriam. Além disso, o gerador de energia elétrica não era suficiente para manter o freezer ligado, o que poderia fazer perder quatro toneladas de carne. Chovia, havia muita lama e muitos índios adoeciam.

No dia 16, pela manhã, houve uma assembléia no grande circo ali instalado. Houve muitos depoimentos sobre a situação da Marcha e sobre os preparativos da Conferência. Foi colocada publicamente a estratégia do governo de cooptar algumas lideranças e, assim, de influenciar nos rumos da própria Conferência. As lideranças se revezaram no microfone, criticando aqueles que estavam se comprometendo com o governo federal.

Na hora do almoço, essas mesmas lideranças que negociavam com o governo chegaram ao Monte. Junto com eles, uma jornalista de Brasília, que se apresentou

como assessora de imprensa da Conferência e anunciava que todos os índios "seriam retirados dali, imediatamente".

À tarde, na volta da assembléia, foi dada a palavra aos recém-chegados, para que pudessem se explicar com relação às críticas e denúncias que envolviam seus nomes. Estes reagiram às críticas e acusaram o Cimi de fazer falsas denúncias a respeito deles. Um deles também acusou o Cimi de não aceitar as lideranças indígenas.

À noite, foi feita uma reunião "só de índios", para discutir como ficaria a Coordenação da Conferência Indígena. Pelos relatos, os que negociavam com o governo coordenaram a reunião. Foi composta uma Coordenação de mais de 30 membros, só de índios, onde os denunciados eram mantidos.

No dia 17 de abril, pela manhã, alguns povos realizaram rituais e danças ao pé do Monte Pascoal. Logo após o almoço os ônibus seguiram em comboio em direção à última parada: aldeia de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia.

A Abertura e o início da Conferência Indígena

A abertura da ***Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil***, na noite de 18 de abril, ocorreu em clima de muita emoção. Os Pataxó, anfitriões dos demais povos, receberam todos os participantes com gestos de alegria, com suas danças e cantos. Os discursos das lideranças indígenas comemoravam o grande feito de todos estarem ali, juntos, e colocavam suas certezas de que aquele seria um encontro histórico.

Esses discursos eram, também, profundamente críticos com relação ao governo Fernando Henrique Cardoso e apontavam a ***luta*** e não a ***negociação de poucos*** como o caminho para a garantia dos direitos indígenas.

Os trabalhos da manhã do dia 19 de abril tiveram início com a apresentação do grupo teatral mineiro ***"Até tu SLU"***, com a peça ***"Cabral chega em Cabralia"***. O texto enfocava uma volta de Pedro Álvares Cabral a essas terras, para verificar o que havia acontecido com a sociedade e a natureza, 500 anos depois do início da invasão protagonizada por ele próprio.

Os 3.600 índios participantes da Conferência reagiram de forma intensa às cenas da peça, interagindo com os personagens através de vaias, aplausos e gritos. Após a apresentação teatral, vários povos passaram a apresentar suas danças e rituais para a assembléia. Isto se prolongou de uma maneira que já apontava para o abandono da pauta original da Conferência. De repente, uma liderança Pataxó subiu ao palco e convocou a todos para uma manifestação cultural no local do monumento destruído, perto da cruz metálica de Coroa Vermelha. A assembléia se desfez.

Neste momento, um ataque surpreendente e violento ocorreu: um grupo de índios portando bordunas invadiu a Secretaria do encontro, onde era realizado o credenciamento dos participantes, expulsando com ameaças as pessoas que ali trabalhavam. A justificativa para o ataque foi que a Secretaria devia aceitar as credenciais feitas pela Funai para a Conferência Indígena. Os invasores chegaram a afirmar que as credenciais "feitas pelo Cimi" não valiam. A porta da Secretaria foi fechada pelos invasores, que se apresentavam como Pataxó, do cacique de Coroa Vermelha. Este foi o primeiro episódio de violência no qual o fato da Conferência

ocorrer na terra Pataxó foi usado para demonstrações de poder e força bruta pelo grupo que pretendia controlar o evento.

Aliás, outras demonstrações de força e de poder já haviam sido dadas antes: a pedido do cacique de Coroa Vermelha, a Polícia Militar montou uma cantina no local, entregou colchões, banheiros, fez doações de iogurte para crianças e dava instruções para a "segurança indígena" da Conferência.

A tarde do **dia 19 de abril** mostrou que a Conferência estava já sem rumo, nas mãos do pequeno grupo que negociava com o governo federal. Sem nada previsto, distribuíram algumas cópias do Estatuto do Capoib para a plenária ler e discutir, para levantar contribuições para uma "futura" Assembléia da entidade. Não se sabia mais qual seria o futuro da Conferência Indígena.

O **dia 20 de abril** surpreendeu. A assembléia exigiu a volta da pauta original, a parcela da Coordenação comprometida com os objetivos da Conferência assumiu o controle da mesa e dedicou o dia a trabalhos de grupo e plenário. O objetivo: analisar a situação atual dos povos indígenas e suas principais demandas. Foi um dia rico em troca de experiências e debate e aí elaborou-se, coletivamente, as bases do Documento Final da Conferência Indígena.

O **dia 21 de abril** mostrou nova reviravolta. O pequeno grupo que havia sido afastado do poder da Conferência, novamente reagiu. Exigia a "expulsão do Cimi" do local e exigia que a assembléia indicasse os nomes dos índios que iriam se reunir com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 22. O subsecretário da Presidência da República, sr. Marcelo Cordeiro, havia sido visto na noite anterior, no local da Conferência.

Uma milícia indígena passou a circular, portando óculos escuros, "walk-talkies", bordunas, camisetas onde se lia "Ministério da Justiça – Funai" e falando sem parar: "vamos expulsar o Cimi".

O grupo "negociador", ao perceber que nada conseguia, nem apoio à reunião com o presidente, nem mudar a pauta para transformar a Conferência numa Assembléia do Capoib, nem expulsar o Cimi, perdeu o controle. Colocando-se como líderes da Coiab e do Capoib, citando números de organizações-membro e dos estados da federação onde atuam, declararam sua ruptura com a Conferência Indígena e convocaram suas delegações a deixar o local. Cerca de, no máximo, 200 pessoas os acompanharam; quase 3.000 permaneceram. Mesmo os 200 que saíram, pouco a pouco foram voltando e, logo após, os próprios "dissidentes" voltaram.

A mesa colocou em votação a proposta de se definir uma Comissão que iria se reunir com o presidente da República – houve votação maciça contra esta definição, contra a reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

A mesa colocou em votação a proposta de Documento Final da Conferência, que foi lida em plenário. Votação maciça de aprovação, com apenas algumas sugestões de texto, com novas propostas de luta.

Neste momento, o clima da Conferência voltou a ficar tenso. Novamente, a milícia indígena havia invadido o local para "expulsar a imprensa" e logo iria "expulsar o Cimi". O cacique de Coroa Vermelha teria dado a ordem, que estava prestes a ser executada.

Novamente, no entanto, a surpresa: procuradores da República chegaram ao local da Conferência, o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Dirceu, a senadora Marina Silva, outros políticos e jornalistas chegaram. O presidente da

Funai já se encontrava próximo e logo também iria à Conferência. O clima, novamente, distencionou. A emoção tomou conta da assembléia.

As pessoas estavam livres para se manifestar pela luta indígena, contra negociações a porta fechadas com o presidente, pelas manifestações no dia 22 de abril com os movimentos populares, contra as comemorações oficiais dos 500 anos. O governo federal estava derrotado pelo plenário da Conferência Indígena. Com ele, o pequeno grupo de índios que desejava se encontrar com o presidente e que tinha com o sr. Marcelo Cordeiro a interlocução oficial.

A Conferência Indígena chegou ao final, em clima de intensa emoção, com promessas de renovada luta e de compromisso coletivo.

Antecedentes da Batalha

Na noite do dia 21 de abril, lideranças vinculadas ao PT e ao movimento ***Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*** procuraram o Cimi para discutir o dia 22.

José Dirceu, presidente nacional do PT, estava em contato direto com o sr. Marcelo Cordeiro, o permanente representante da Presidência da República para as atividades dos 500 anos. Segundo Cordeiro, o governo federal estava "enlouquecido" com os índios pelo fato destes terem negado a reunião com o presidente da República.

Fernando Henrique Cardoso havia se sentido "humilhado" publicamente pela negativa. Ainda segundo Cordeiro, o governo naquela noite estava em crise, pois ao mesmo tempo em que não admitia a hipótese de ver os índios protestando em Porto Seguro, junto com o movimento negro e os movimentos populares, relutava em reprimir os índios com a força militar, pois seria o dia 22 de abril, com toda a sua carga simbólica.

No grupo que se reuniu aquela noite estavam: o deputado federal José Dirceu (PT-SP), a senadora Marina Silva (PT-AC), o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), dois deputados estaduais da Bahia, Alice Portugal e Zilton Rocha, os bispos católicos dom Franco Masserdotti (presidente do Cimi), dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dom Heriberto Hermes, Paulo Machado Guimarães, da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Maldos (Cimi) e pessoas de diversas outras entidades do estado. Chegou a esse grupo a informação de que diversos ônibus com pessoas dos movimentos populares estavam retidos no bloqueio militar de Eunápolis.

Todas as pessoas se deslocaram para o Comando da Polícia Militar de Porto Seguro, mas não conseguiram uma só informação sobre o que ocorria. Não havia nada a fazer. Era o ***Estado de Sítio***, de fato. Todos esperavam o pior para o dia seguinte, ou naquela madrugada ainda.

O Dia da Batalha – 22 de Abril

Na madrugada do dia 22, houve uma rápida conversa na estrada de terra que ia da pista de Santa Cruz Cabralia ao Quilombo, onde estavam os manifestantes do movimento negro e do movimento popular que conseguiram chegar ao local. Da

conversa participaram Gilberto Leal, do movimento negro (Conen), Bola, também do movimento negro e do PT, Nailton Pataxó Hã-Hã-Hãe, do Conselho de Caciques do extremo sul da Bahia, Paulo Maldos, do Cimi, dom Franco Masserdotti, dom Tomás Balduino e alguns outros.

Iluminado pelos faróis dos carros, o grupo analisou a situação naquele momento e concluiu que a Polícia Militar, com milhares de efetivos, já dominava toda a região de Coroa Vermelha. Ali decidiu-se realizar o encontro do movimento indígena com o movimento negro e o movimento popular, na manhã que se aproximava, no local em frente à Conferência Indígena. Naquele momento se faria nova análise da situação e se decidiria o que fazer: onde ir, onde se manifestar.

Não houve tempo. Às 07hs00 do dia 22 de abril os movimentos negro e popular deixaram o Quilombo e seguiram, a pé e de forma organizada em direção à Conferência Indígena, no rumo de Santa Cruz Cabrália. Avistaram a tropa de choque da Polícia Militar, que se afastou como que dando passagem aos manifestantes.

Estes, ao caminharem alguns metros na frente da tropa, foram atacados por ela, de maneira surpreendente e violenta, sem espaço para reação. Foram bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, ataque da cavalaria e cassetetes. Foi disseminado o pânico entre os manifestantes e entre a população de Coroa Vermelha. Em apoio à ação da tropa, a milícia indígena do cacique de Coroa Vermelha caminhava em grupo, exibindo suas bordunas e demonstrando poder e arrogância.

Diversos batalhões da tropa de choque continuaram atuando ao longo da estrada Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália. A cavalaria atuava também nas praias, todos espalhando o medo, o terror. Ao lado de uma pequena ponte, logo após a aldeia de Coroa Vermelha, houve a prisão mais "espetacular": 141 jovens estudantes detidos, cercados pela tropa da Polícia Militar. Os amigos dos detidos, de pé ao longo da estrada, cantavam o hino nacional, gritavam palavras de ordem e exigiam a libertação dos companheiros.

Para a mídia, o tenente-coronel Wellington Müller explicava que aqueles estudantes foram detidos porque haviam invadido a área indígena, que a Polícia Militar estava lá para "proteger os índios" e "que os militares haviam sido chamados pelos índios". E citava os nomes dos índios que negociavam com o governo federal.

Naquele mesmo instante, um grupo de parlamentares estava no Comando da Polícia Militar em Coroa Vermelha, de onde entravam e saíam policiais militares e centenas de soldados camuflados da tropa de choque. Os parlamentares pretendiam negociar uma saída que não implicasse em mais repressão e prisões e na libertação dos detidos. O Ministério Público, juntamente com parlamentares, com o presidente da Funai e o bispo dom Tomás Balduino, articulou um acordo com o Comando da Polícia Militar segundo o qual os índios teriam livre acesso até Porto Seguro.

De repente, uma liderança indígena ligada ao governo federal entra no Comando, sem nenhum tipo de dificuldade ou obstáculo e passa a conversar com os oficiais. Naquele mesmo local, poucos minutos antes, dom Franco Masserdotti havia sido proibido de entrar por um oficial.

A Vez dos Índios

Frente ao terror implantado, frente à praça de guerra, os índios retornam para o local da Conferência Indígena. Lá, discutem o que deveria ser feito. Lá decidem, num repente, que o caminho era Porto Seguro e que lá seria realizado o protesto já planejado, contra as comemorações dos 500 anos.

Os índios seguem em direção a Porto Seguro. Na frente, vão alguns confiantes e cantando. Passam ao lado dos estudantes detidos. São milhares saindo do local da Conferência e se incorporando à Marcha. Quatro quilômetros depois do local da Conferência, logo após uma curva da estrada, a Marcha se depara com a tropa de choque da Polícia Militar em posição de ataque. Não houve conversa, não houve diálogo, não houve negociação. O acordo firmado momentos antes, no próprio Comando da Polícia Militar, foi quebrado por esta. Os índios caíram numa emboscada.

As bombas de gás lacrimogêneo e as bombas de efeito moral logo voaram e explodiram ao lado de índios, de jornalistas, de missionários, de estudantes, de todos aqueles que se incorporaram à Marcha.

A partir daí, o terror foi revigorado e voltou a se espalhar. As centenas de detidos formavam grupos sitiados por policiais militares na beira da estrada, nas pousadas e pequenas lojas da região. Entre os detidos, índios, jovens, estudantes, missionários, o presidente do Cimi, militantes do movimento negro e do movimento popular.

O reinado do terror, capitaneado pelo tenente-coronel Wellington Müller, durou toda a tarde. Parlamentares, advogados, procuradores da República, um juiz de Santa Cruz Cabralia, religiosos buscavam o chefe militar para negociar a liberação dos detidos e eram solenemente ignorados por ele, que chegava a gritar e empurrar seus interlocutores.

O Estado de Sítio em sua forma plena estava implantado em Santa Cruz Cabralia, Bahia, durante as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses.

A cavalaria fechava a estrada e as praias, os helicópteros sobrevoavam em baixa altura; ameaçadora, a tropa de choque tinha surtos de violência, os bombeiros dispersavam manifestantes com jatos d'água.

Até o final da tarde, a ordem era aterrorizar os manifestantes de todas as maneiras. Às 17hs00, o presidente da República deixava Porto Seguro. A partir dessa hora, a pressão militar foi sendo reduzida até a normalidade voltar. Menos para os detidos, que foram para a delegacia de polícia de Santa Cruz Cabralia, onde continuaram a sofrer humilhações.

Fernando Henrique Cardoso estava fora de Porto Seguro. A vida podia voltar ao normal, os soldados podiam ser recolhidos com suas armas e suas bombas. Terminava o dia 22 de abril do ano 2000. Terminavam as comemorações pelos 500 anos do "Descobrimento do Brasil".

Conclusão

Durante dois longos anos os povos e organizações indígenas, o Cimi, entidades do movimento negro e do movimento popular buscaram organizar eventos em abril de

2000, na região de Porto Seguro, onde teve início a formação da sociedade e do Estado brasileiro, onde teve início a invasão européia nestas terras.

Cada um no seu espaço – Conferência Indígena, Quilombo – no dia 22 de abril, tudo terminaria em um grande ato público coletivo das entidades negras, populares e do movimento indígena – o que seria um profundo exercício da democracia, apropriada pelos setores populares.

Mas o governo Fernando Henrique Cardoso não entendeu assim. Desde a destruição do monumento indígena em Coroa Vermelha, para o governo federal, tudo se transformou em uma ameaça à ordem estabelecida. O general Alberto Cardoso comandou a estratégia militar, o sr. Marcelo Cordeiro foi destacado para cooptar os índios e separá-los dos demais movimentos sociais.

A partir da entrada em campo destes dois emissários do poder central, o movimento indígena, o Cimi, o movimento negro e os movimentos populares, incluindo o MST, passaram a se confrontar com o "núcleo duro" do governo federal, com seus estrategistas militares e dos órgãos de inteligência.

Estes, ao que tudo indica, trabalharam com três cenários possíveis:

Cenário 1: o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre toda a agenda do dia 22 de abril, divulgada em âmbito nacional e internacional pelo Itamaraty. Vai a Coroa Vermelha, inaugura as obras, recebe os tripulantes da Nau Capitânea etc etc. Para tanto, era necessário a destruição da Conferência Indígena, a expulsão do Cimi do local, o controle militar sobre os demais movimentos sociais e uma articulação forte e bem sucedida com lideranças indígenas que fossem "orgânicas" e que conquistassem um controle férreo sobre o conjunto dos povos e organizações indígenas presentes na Conferência. Até o último momento o governo federal tentou construir este Cenário;

Cenário 2: o presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo que a situação em Coroa Vermelha era de tensão social, restringe as suas atividades no dia 22 de abril a Porto Seguro, observando de longe, da Cidade Alta, a chegada da Nau Capitânea e demais embarcações, inaugurando obras, plantando pau-brasil etc etc. Seria estabelecido um "cordão sanitário" militar em volta da cidade de Porto Seguro, de forma a que nenhum protesto popular fosse ouvido e de nenhuma maneira visto;

Cenário 3: o presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo o estado de convulsão social na cidade de Porto Seguro, devido a presença de mais de 100.000 militantes populares e indígenas, suspende as atividades programadas para a cidade no dia 22 de abril e dedica todo o seu dia a atividades reprogramadas para Brasília. Este cenário era o pesadelo que atormentava o "núcleo duro" do governo federal.

Alguns índios da Amazônia e o cacique de Coroa Vermelha aceitaram fazer o jogo do governo, de olho nos benefícios que conseguiriam de imediato e no futuro. Fizeram de tudo para construir o "objeto do desejo" do governo federal, o **Cenário 1**. Tentaram destruir a Conferência Indígena. Ameaçaram os participantes, ameaçaram o Cimi como entidade de apoio. Trouxeram a Funai, a Polícia Militar, a Prefeitura de Santa Cruz Cabralia para dentro da Conferência Indígena. Trouxeram uma jornalista de Brasília para fazer o trabalho de confundir os jornalistas e atacar o Cimi.

A ordem federal era atacar a Conferência e esse grupo fez o que pôde, inclusive com o apoio de uma milícia indígena, um novo apêndice da Polícia Militar baiana.

Por fim, vieram milhares de policiais militares para terminar o trabalho sujo de evitar as manifestações indígenas, negras e populares.

A brutalidade foi tanta durante a Conferência Indígena, como no dia 22 de abril, que resultou no oposto do que desejava o grupo palaciano e seu esquema indígena: as lideranças que se retiraram da Conferência ficaram isoladas, suas próprias bases não as acompanharam. Foram desmoralizadas.

O terror implantado e espalhado durante todo o dia 22, pelo general Cardoso e pela Polícia Militar da Bahia, detonou, na mídia nacional e internacional, as comemorações oficiais dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. No final do dia, um Fernando Henrique Cardoso mais autista, irresponsável e isolado do que nunca, voava para São Paulo, seguramente longe da democracia. Um pequeno grupo de lideranças indígenas voltava desmoralizado para seus estados.

O "núcleo duro" do governo federal, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o general Alberto Cardoso, o sr. Marcelo Cordeiro, todos haviam sido derrotados e chegaram a preparar a mídia para a eventualidade do **Cenário 3**, seu grande pesadelo. Porém, às custas de uma brutal repressão e do fiel apoio de suas lideranças indígenas e da sua milícia indígena, mantiveram o **Cenário 2**.

O general Alberto Cardoso, no final das contas, mostrou-se como um aprendiz do "bruxo" da ditadura militar, general Golbery do Couto e Silva, porém sem a mesma competência².

Seu "esquema indígena" não funcionou a contento. As lideranças que aliciou não eram "orgânicas" aos povos indígenas, ao movimento indígena. O **Estado de Sítio** que implantou no dia 22 de abril, na região de Porto Seguro, só desgastou o governo federal e mostrou, para todo o mundo, que o modelo político e econômico atual não comporta a participação dos setores populares e do movimento indígena organizado.

O máximo que conseguiu foi criar uma "cabeça de ponte" no movimento indígena, a partir da Amazônia, para construir novas investidas contra os povos indígenas no Brasil. Da mesma forma que, de resto, tenta fazer em outros movimentos sociais: dividir, conquistar aliados "confiáveis" para o governo federal e caracterizar os movimentos autênticos, incluindo o MST, como "radicais" e "inimigos do diálogo e da democracia". Para sustentar um modelo político e econômico baseado na violenta exclusão social, o único caminho é conquistar aliados fiéis entre os próprios excluídos.

Milhares de lideranças indígenas voltaram para as suas aldeias, tristes porém dignas. Também voltaram, cansados e dignos, os milhares de militantes do movimento negro e dos movimentos populares. Todos eles haviam cumprido com sua tarefa, haviam realizado seus objetivos maiores. Havia feito um grande conagraamento na luta coletiva, na prática. Havia desmascarado a farsa de um Estado e de um governo controlados por oligarquias, por políticos e por militares fascistas.

Índios, militantes negros e militantes populares voltaram para casa plenos de razão e de futuro. Embora de forma difícil e conflitiva, todos haviam dado um passo decisivo em direção ao seu objetivo maior: **a construção dos outros 500 anos na sociedade brasileira.**

Brasília, maio de 2000.

Paulo Maldos
Assessor Político do Cimi

(1) "O conflito de baixa intensidade requer uma mudança radical no pensamento militar convencional. Seu nome provém de sua colocação no "espectro de intensidade" da guerra, que começa com as desordens civis, para passar pelas guerras convencionais até chegar ao holocausto nuclear. (...) Como um marco conceitual e não somente como um novo jogo de táticas militares, a idéia do conflito de baixa intensidade põe muito mais ênfase sobre os instrumentos não militares do poder e sobre a persuasão. (...) A doutrina norte-americana de conflito de baixa intensidade evoluiu como uma resposta ao crescente desafio que representam os movimentos populares no Terceiro Mundo. (...) Os apologistas do conflito de baixa intensidade apelam para uma recolocação das táticas tradicionais. Em vez de depender de forças convencionais para enfrentar conflitos revolucionários e não-convencionais, defendem uma "guerra total" em várias frentes – econômica, social, política e psicológica. (...) Os planejadores dos conflitos de baixa intensidade consideram que todos os projetos de vida social são frentes de guerra, dentro das quais a população se coloca em três categorias: os insurgentes, a retaguarda dos insurgentes, ou população em disputa – e portanto um – objetivo a ser conquistado". (A verdadeira guerra – Conflitos de baixa intensidade na América Central – Sara Miles – NACLA – Report on the Americas – Volumen XX, Number 2 – Abril-Maio 1986, EUA).

(2) O general Golbery do Couto e Silva foi o estrategista do golpe militar de 1964 e da "distensão lenta, gradual e segura", que levaria ao próprio final "controlado" da ditadura militar, em 1985. É sua a formulação: "Não se acredite, pois, que o sacrifício da Liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda virtual de Segurança. Os escravos não são bons combatentes – eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos". (Geopolítica do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957, pág. 186/187).
